

FONTE : JB

CLASS. : AOUR 0042

DATA : 24 12 90

PG. : 06



*A Operação Amazônia diminuiu o ritmo da devastação*

## Esforço conjunto reduz queimadas na Amazônia

BRASÍLIA — As queimadas e os desmatamentos na Amazônia, em 1990, foram reduzidos em 65% em relação ao ano passado graças ao esforço concentrado feito pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Força Aérea Brasileira e Polícia Federal. No ano que vem, para combater as queimadas, a *Operação Amazônia* vai começar ainda no mês de abril, com os fiscais do Ibama indo a campo para evitar desmatamentos ilegais. "A operação foi um sucesso, apesar da falta de recursos", comemorou a socióloga Tânia Munhoz, presidente do Ibama. A *Operação Amazônia* reforçou também, substancialmente, os cofres do Ibama: somente com as 3.073 multas aplicadas em todos os estados da Amazônia Legal, o Ibama arrecadou cerca de US\$ 9 milhões.

Somente em março, segundo revelou Tânia Munhoz, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) anunciará oficialmente os dados sobre desflorestamento constatado na Amazônia em 1990, baseando-se em imagens dos satélites Landsat e Noaa. O Ibama enfrentou grandes dificuldades para desenvolver a *Operação Amazônia* este ano, devido principalmente à falta de recursos. "Gastamos apenas US\$ 900 mil em toda a operação", contou Tânia Munhoz.

Durante a operação, os fiscais do Ibama aplicaram 556 multas por transporte irregular de madeira, 412 multas por preenchimento irregular de guias, 549 infrações por desmatamento irregular e 104 multas por queimadas sem autorização. Cerca de 120 multas foram expedidas contra empresas madeireiras por exploração florestal irregular e, na operação, a fiscalização descobriu 156 empresas florestais atuando sem registro.

Como nos anos anteriores, as maiores infrações — principalmente queimadas, desmatamentos e trans-

porte ilegal de madeira —, foram constatados nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Pará. No que se refere às autorizações dadas pelo Ibama para empresas fazerem desmatamentos, Tânia Munhoz mostrou que houve acentuada diminuição na expedição dessas autorizações no estado do Pará - 1.500 em 89 contra apenas 120 em 1990 - havendo apenas um acréscimo de desmatamentos legalizados no estado de Rondônia. "Instauramos auditoria para rever o convênio firmado pelo Ibama com o Instituto de Florestas de Rondônia, responsável por essas autorizações de desmatamento em excesso", anunciou Tânia Munhoz.

A presidente do Ibama informou ainda que rejeitou as alegações feitas pela Mineração Taboca, subsidiária da Paranapanema, e da Madeireira Gertau, multadas em CR\$ 130 milhões e CR\$ 107 milhões, respectivamente, por terem provocado danos ambientais em suas áreas de atuação, no estado do Amazonas. Com isso, as duas empresas terão que pagar as multas, embora ainda possam recorrer à Justiça. "O papel do professor Lutzenberger foi de nos abrir as portas no mundo inteiro", elogiou Tânia Munhoz, lembrando que a questão ambiental no Brasil passou a ser encarada de outra forma, dando credibilidade ao governo brasileiro junto à sociedade civil no país e, principalmente, no exterior.

Outra meta do Ibama para o ano que vem, segundo Tânia Munhoz, será trabalhar para fazer modificações no artigo 15º do Código Florestal Brasileiro. Esse artigo permite o desmatamento de 50% das propriedades, o que vem propiciando desmatamentos desregrados e abusivos, principalmente na Amazônia. "Pretendemos restringir esses desmatamentos, permitindo no máximo a derrubada de 30% das áreas de florestas dessas propriedades", garantiu a presidente do Ibama.